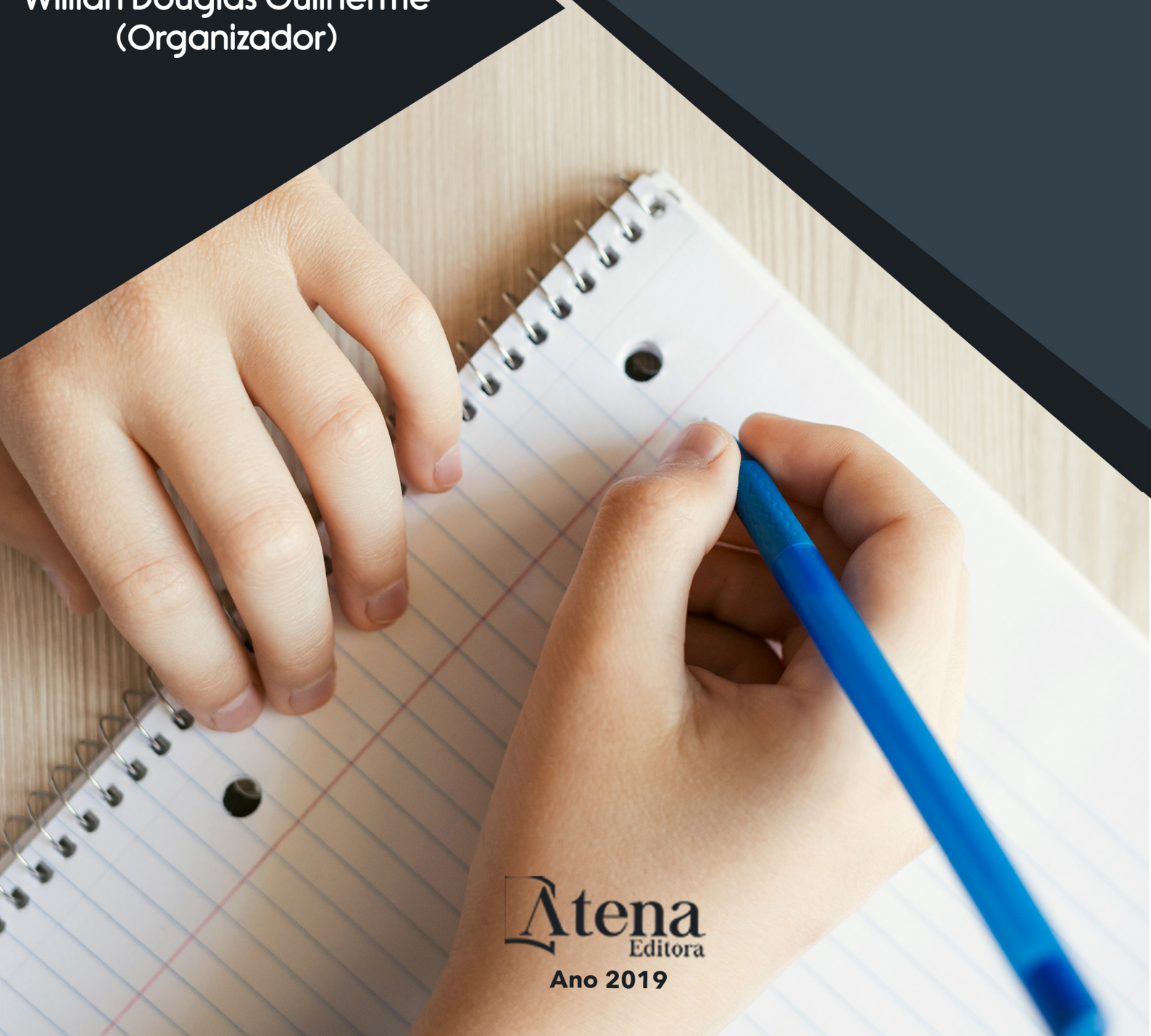


# Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira 12

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

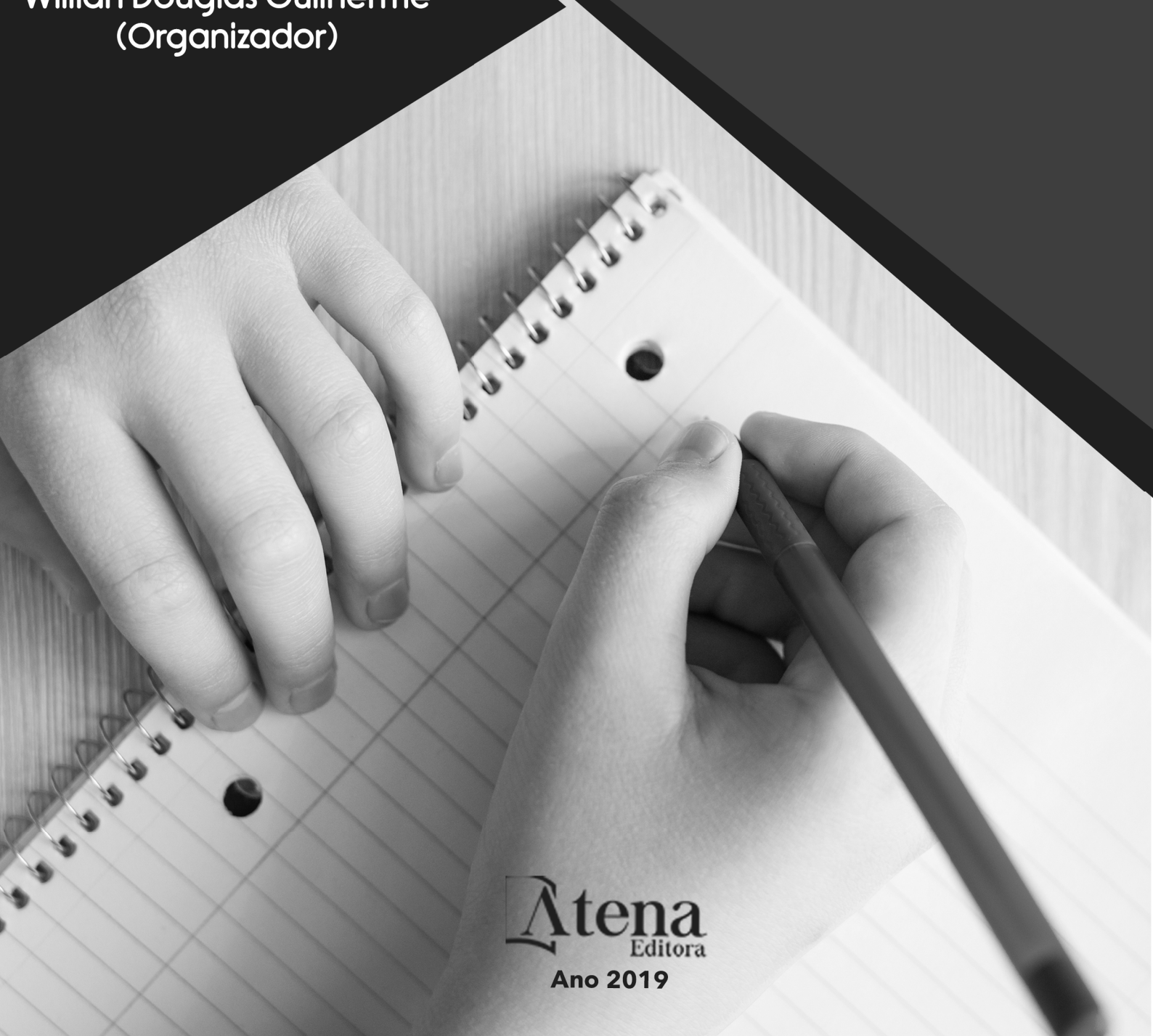


**Atena**  
Editora

Ano 2019

# Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira 12

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)



**Atena**  
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas



### Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
A945	<p>Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 12 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 12)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-758-1 DOI 10.22533/at.ed.581191211</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 379.981</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Estamos na décima primeira edição do e-book “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”. Foram selecionados 77 artigos e estes, separados em 3 volumes. O objetivo em organizar esta coligação foi dar visibilidade a temas contemporâneos que envolvem e discutem a educação, sobretudo, voltados as temáticas da avaliação e políticas educacionais e expansão da educação brasileira.

Neste **Volume XI**, são 27 artigos englobando o ensino fundamental e médio, trazendo embates sobre o processo de alfabetização, ensino de matemática, saúde, meio ambiente, metodologias, currículo, políticas públicas e relatos de experiências.

No **Volume XII** são 26 artigos subdivididos em 4 partes distintas, sendo a primeira, em torno do Ensino Superior; a segunda, Formação de Professores; a terceira, Educação de Jovens e Adultos (EJA); e por fim, História e Política.

E no **décimo terceiro volume**, são 24 artigos, organizados em 3 partes: Educação Infantil; Uso de Tecnologias na Educação e; Educação e Diversidade. Os artigos apresentam resultados de pesquisas conforme objetivo deste e-book, abordando temáticas atuais dentro de cada uma destas partes.

Sejam bem-vindos ao e-book “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira 11” e boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

## SUMÁRIO

### PARTE 1 - ENSINO SUPERIOR

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A EDUCAÇÃO FREIRIANA NO ENSINO SUPERIOR: A RESISTÊNCIA COMO FORMA DE TRANSFORMAÇÃO	
Juliana Fonseca de Oliveira Neri Mariangela Camba	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5811912111</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>15</b>
A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA DAS RESIDENTES DE PEDAGOGIA DO UNIFOR-MG NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM	
Elizabeth Rocha de Carvalho Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5811912112</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
APLICAÇÃO DO TBL (TEAM BASED LEARNING) NA DISCIPLINA CIRCUITOS ELÉTRICOS II	
Geraldo Motta Azevedo Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5811912113</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>29</b>
AS MÁSCARAS DA PEDAGOGIA: ANÁLISE DOS REFERENCIAIS DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS E SUA RELAÇÃO COM O PROJETO PEDAGÓGICO	
Marciléia Egidio Sampaio	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5811912114</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>42</b>
AVALIAÇÃO E MATEMÁTICA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA REALIDADE DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	
Sandra Regina D'Antonio Verrengia Pedro Gabriel Papa Torelli Wellington Rodrigues Emídio	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5811912115</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>51</b>
AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DAS APRENDIZAGENS EM UM PROJETO INTEGRADOR: A UTILIZAÇÃO DA ESCALA LIKERT PARA A MENSURAÇÃO DOS RESULTADOS DE UM PROJETO INTEGRADOR	
Carlos David Pedrosa Pinheiro Marcos Antônio das Chagas Araújo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5811912116</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>62</b>
COMBINAÇÃO DE SALA DE AULA INVERTIDA COM EDUCAÇÃO <i>HANDS ON</i> : UMA NOVA FORMA DE APRENDER SOBRE CÓDIGO GENÉTICO E SÍNTESE PROTÉICA	
Amanda Santos Franco da Silva Abe Andréa Castro de Lacerda Cardoso	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5811912117</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>68</b>
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, SUBJETIVIDADE E REFERENCIALIDADE SIMBÓLICA: A EXPERIÊNCIA DE UMA EGRESSA DO CURSO TÉCNICO EM ANÁLISES QUÍMICAS	
Paulo Cesar Fernandes da Rosa Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5811912118</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>80</b>
EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - CAMPUS DE CRATEÚS	
Natália Viviane Santos de Menezes	
Tamyllle Kellen Arruda Prestes	
Deysiele Bezerra Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5811912119</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>89</b>
FIES: UMA ANÁLISE CRÍTICO-HISTÓRICA	
Rodrigo Meleu das Neves	
Denise Lindstrom Bandeira	
Nalú Farenzena	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58119121110</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>97</b>
O PLANEJAMENTO DA AÇÃO DIDÁTICA NA PRÁXIS DA DOCÊNCIA	
Sandra da Silva Kinalski	
Luciane Cezar Padilha	
Sandra Leontina Graube	
Vivian Lemes Lobo Bittencourt	
Eliane Raquel Rieth Benetti	
Marinês Tambara Leite	
Leila Mariza Hildebrandt	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58119121111</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>107</b>
O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO NO ENSINO SUPERIOR	
Marlene Lima Temponi	
Kíssila Zacché Lopes Andrade	
Lissandra Lopes Coelho Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58119121112</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>113</b>
PERCEPÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA DOCENTE NO BRASIL	
Alexey Carvalho	
Maria Alzira de Almeida Pimenta	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58119121113</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>127</b>
REFLEXÕES DOS ALUNOS CONCLUINTES DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO, NA MODALIDADE EAD, DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE	
Emerson dos Santos Lima Andréa Karla Ferreira Nunes Alessandra Conceição Monteiro Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58119121114</b>	

## **PARTE 2 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>138</b>
A ENUNCIACÃO DA DIFERENÇA CULTURAL NOS CURRÍCULOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DO CURRÍCULO ESCRITO E SEUS USOS	
Denise da Silva Braga	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58119121115</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>151</b>
A EXPANSÃO DA MODALIDADE EAD NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM LICENCIATURA	
Luís Fernando Correia Célia Regina Vieira Souza-Leite	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58119121116</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>162</b>
LIMITES E POSSIBILIDADES DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS: SUPERAÇÃO DO COLONIALISMO	
Silvana Elisa de Moraes Schubert Maria de Fátima Rodrigues Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58119121117</b>	

## **PARTE 3 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA**

<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>176</b>
A FORMAÇÃO CONTINUADA E A (TRANS)FORMAÇÃO NA REALIDADE DOS EDUCANDOS DA EJA: CUIABÁ 300 ANOS	
Angélica Kury Barros Loedilza Milícia da Silva Marilene de Souza Carvalho Zeile Lima de Oliveira Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58119121118</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>188</b>
CURRÍCULO EM MOVIMENTO NA PERSPECTIVA DA EJA: UMA REFLEXÃO CRÍTICA	
Cristino Cesário Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58119121119</b>	



<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>202</b>
MATERIAIS PEDAGÓGICOS DO PROJovem URBANO: ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DE JUVENTUDE, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA	
Jessica Thomazini Joyce Mary Adam	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58119121120</b>	

#### **PARTE 4 - HISTÓRIA E POLÍTICA**

<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>214</b>
CRÍTICOS DO <i>ETHOS</i> MODERNO E CAPITALISTA: POSSIBILIDADES DE HUMANIZAÇÃO? (!)	
Patrícia Maria Guarnieri Ramos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58119121121</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>229</b>
DA REPÚBLICA E A ESCOLA REPUBLICANA	
Gian Eligio Soliman Ruschel Vânia Lisa Fischer Cossetin	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58119121122</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>245</b>
DISCIPLINARIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE: O HOMEM DE LATA X O HOMEM DILATA	
Adriana Martins Ianino	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58119121123</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>264</b>
O INGLÊS EM ALERTA: A EXPANSÃO DO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NO SÉCULO XIX	
Elaine Maria Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58119121124</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>275</b>
"O QUE ACONTECEU AINDA ESTÁ POR VIR": A MÚSICA "ÍNDIOS" E O ENSINO DE HISTÓRIA DO BRASIL	
Fábio Chilles Xavier	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58119121125</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>291</b>
O TEMOR DA RESSIGNIFICAÇÃO DO TEMA FINANCIAMENTO PÚBLICO EDUCACIONAL NO ATUAL CENÁRIO BRASILEIRO	
Roberta Maria Bueno Bocchi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58119121126</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>303</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>304</b>

## FIES: UMA ANÁLISE CRÍTICO-HISTÓRICA

### Rodrigo Meleu das Neves

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
– Faculdade de Educação – Programa de Pós-  
Graduação em Educação  
Porto Alegre – Rio Grande do Sul

### Denise Lindstrom Bandeira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul –  
Escola de Administração  
Porto Alegre – Rio Grande do Sul

### Nalú Farenzena

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
– Faculdade de Educação – Programa de Pós-  
Graduação em Educação  
Porto Alegre – Rio Grande do Sul

**RESUMO:** O presente capítulo visita brevemente o contexto político e histórico de formação da educação superior brasileira em momentos importantes desta etapa, como pano de fundo para uma análise preambular do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), suas características mais abrangentes, o seu funcionamento e alguns movimentos políticos que o envolveram ao longo de sua trajetória. A análise de políticas públicas, com especial atenção às educacionais, requer também a compreensão do contexto político, como fenômeno humano que lhe é subjacente. Criado em 1999, o FIES foi convertido em Lei dois anos mais tarde. Entre os achados iniciais, é possível destacar que o Programa Educacional em tela

sustentou importante expansão do mercado de educação superior privado, precipuamente o mercantil, justamente em um contexto político cujo discurso sustentava direção contrária às cartilhas do Banco Mundial, da década de 1990. **PALAVRAS-CHAVE:** FIES. CREDUC. Endividamento. Política de Financiamento da Educação Superior.

### FIES: A CRITICAL-HISTORICAL ANALYSIS

**ABSTRACT:** The present chapter briefly describes some noteworthy events in the political and historical context of the constitution of the Brazilian higher education system, as background for a preliminary analysis of the Student Loan Funding (FIES), its broad characteristics, its behavior, and some political shifts that influenced it during its history. The analysis of public policies, particularly of educational policies, demands understanding their political context as an underlying human phenomenon. Created in 1999, FIES was made into a law two years later. Among the initial findings, we highlight that this educational policy supported a significant expansion of the market for private higher education, especially commodified education, in a political context marked by a rhetoric that supported a direction opposite to the World Bank guidelines in the decade of 1990.

## 1 | PREÂMBULO

Discutir política, per se, não é uma tarefa simples; tratar de políticas públicas na área da educação em um país como o Brasil torna essa análise mais desafiadora ainda. Conforme Amaral (2003, p.219), “não se pode falar da gestão de instituições de ensino superior de um país sem antes falar do que se espera desse conjunto de instituições”.

No caso brasileiro, a Universidade já cumpriu muitas funções, desde 1808, com a chegada da corte portuguesa e criação de escolas isoladas de medicina, direito e engenharia. Todavia, a instituição universitária só se formaliza a partir de 1920, com o advento da Universidade Federal do Rio de Janeiro e, em 1931, a aprovação do Estatuto das Universidades Brasileiras. Em 1950 há importante ampliação de instituições, e a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), “voltados para a institucionalização, fomento e avaliação da pós-graduação e da ciência e tecnologia” (OLIVEIRA, 2011, p.7).

As décadas de 1960 e 1970 experimentaram também importante expansão do ensino superior quando, em 1968, ocorre a Reforma Universitária, que “ênfatiza a indissociabilidade entre ensino e pesquisa” (OLIVEIRA, 2011, p.7). Entre as mudanças, Fávero (2006) destaca o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação.

Oliveira (2011) destaca também que, durante o período militar, o setor educacional de nível superior observou importante crescimento das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas “que, em 1980, já respondiam por mais de 60% das matrículas em cursos de graduação” (p.8):

Nos anos 1990, esse campo se expande, se diversifica e se complexifica ainda mais, com forte predominância do setor privado, pelos seguintes indicadores: a) na graduação, por forte presença do setor privado, com 75% das matrículas em cursos presenciais, ofertadas por meio de grandes universidades, voltadas mais para o ensino ou centros universitários e faculdades isoladas [...]. (Ibid, p.8).

Em 1988, com o advento da Constituição Federal (CF), o art. 209 abriria margem para importantes mudanças que viriam em seguida: “O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo poder público.” (BRASIL, 1988). Nesse instante, está regularizada a parceria de um serviço eminentemente público com a iniciativa privada, que não seria frustrada, nem pelo Estado, nem pela iniciativa privada.

Passada a crise do congelamento da década de 1990, nos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, que fragilizaram o ensino superior público, com planos de demissão voluntária, reformas previdenciárias, congelamentos salariais e de investimentos, a universidade privada seguiu crescendo (AMARAL, 2003). Entretanto, o acréscimo das taxas de matrícula não acompanhava a expressiva taxa de vagas não preenchidas nessa época.

Ao analisar a evolução do percentual de vagas não preenchidas entre 1989 e 2000, é possível observar que, enquanto a taxa das universidades públicas orbitou entre 15,9% em 1989 e 5,1% em 2000, as instituições privadas “encalharam” de 19,2% de cadeiras ociosas para 31,5% no mesmo período (AMARAL, 2003). O que pode ter acontecido? Será que o modelo de educação privada estaria esgotado naquele momento? Ou a universidade pública havia conseguido responder a todas as demandas? Obviamente, sabemos que ambas as afirmativas são falaciosas e servem apenas para contextualizar como o governo conseguiria atender à dualidade: aumentar o percentual da população escolarizada, expandindo o investimento de recursos públicos através da criação de uma política de financiamento própria para esse fim.

## **2 | O FIES: CONCEPÇÃO, TRAJETÓRIA, DISCUSSÃO**

Promulgado através da Lei nº 10.260, de 12/07/01, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa federal de financiamento para o acesso à educação superior, “de natureza contábil, destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, de acordo com regulamentação própria” (BRASIL, 2001).

Segundo Amaral (2003, p.235), o FIES seria uma releitura do Programa Crédito Educativo (Creduc), criado em 1970, “quando ocorreu uma grande expansão no ensino superior privado”. Amaral (2003, p.236) descreve as palavras de um coordenador de uma grande instituição sobre o FIES: “um instrumento de mercado financeiro, em que são incluídas as pessoas físicas aptas dentro do conceito mercantil de crédito”.

Para entender o FIES é preciso voltar um pouco ao tempo, pois não se justificaria a criação de um programa como esse em um país que propalava políticas severas de ajuste fiscal e monetário naquele momento, sendo preciso remeter-se ao Relatório La Enseñanza Superior, publicado em 1995 pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD). Para o BIRD, o investimento em educação superior não era função do Estado em países em desenvolvimento:

No obstante la importancia evidente de la enseñanza superior en el crecimiento económico y el desarrollo social, las inversiones del sector experimentan crisis a nivel mundial en los países industriales y en desarrollo. La educación terciaria

depende consideravelmente del financiamento fiscal en todos los países, y los costos unitarios son elevados en relación con otros subsectores del sistema educacional. (BIRD, 1995, p.20).

[...] se puede aducir que la enseñanza superior no debiera tener la preferencia en utilizar los recursos fiscales adicionales disponibles para el sector educativo en muchos países en desarrollo. [...] las tasas de rentabilidad social de las inversiones en la instrucción primaria y secundaria en general superan las tasas de rentabilidad social de la enseñanza superior. (Ibid, p.28).

Nesse relatório, segundo Amaral (2003, p.235-236), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) “impingiram aos países em desenvolvimento, dentre eles o Brasil, a orientação de não investir recursos públicos em educação superior”. Para o autor, “na visão do Banco Mundial, investir no ensino superior significaria beneficiar a elite econômica, e os maiores ganhos na economia de um país estariam associados a investimentos nos níveis básicos de educação”.

Com a posse do Presidente Luis Inácio Lula da Silva em 2003, a educação passa a experimentar uma nova etapa. Poulsen e Bandeira (2015, p.307) descrevem que entre 2000 e 2010 o Brasil atingiu 6,38 milhões de alunos matriculados no ensino superior, representando 136% a mais do que no início da mesma década (Figura 1).

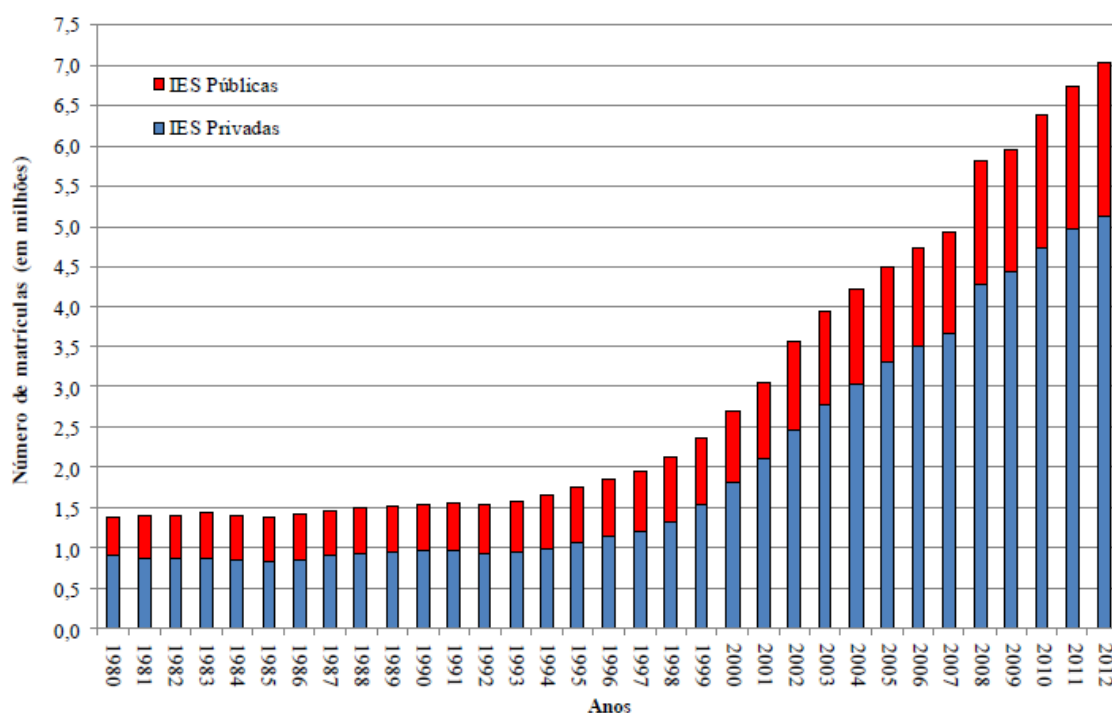


Figura 1: Evolução do número de matrículas por ano

Fonte: adaptado de Poulsen e Bandeira (2015).

É possível observar com clareza o crescimento do ensino superior privado que, de acordo com Sguissardi (2013), entre 1999 e 2010 as universidades públicas cresceram 44%, enquanto as privadas diminuíram para 10,5% das matrículas e, pasmem-se, as instituições privadas mercantis cresceram 252%, ocupando 77,8% do número de estabelecimentos, o que nos leva a afirmar que se desconhece tamanho



crescimento em qualquer outro serviço consorciado em tão pouco tempo.

Analisando essa ocupação sob o aspecto do FIES, é simples perceber quem mantém tamanha expansão: em 2010 houve uma explosão de contratos, a partir de mudanças promovidas na política. De acordo com Fernando Haddad, Ministro da Educação à época, “O Brasil precisa chegar a 10 milhões de matrículas no ensino superior” (TOLEDO; SALDAÑA; BURGARELLI, 2015). Para dar conta dessa expansão, o governo retraiu os juros de 6,5% para 3,4% ao ano, os contratos poderiam ser assinados a qualquer tempo, sem exigência de fiador e os respectivos tempos de pagamento poderiam ser renegociados (FNDE, 2017). A partir de então se observa que as matrículas vinculadas ao FIES passam de 150 mil em 2010, para 827 mil em 2013, atingindo 1,9 milhão de contratos em seu pico, em 2014 (CASEIRO, 2016). A Figura 2 exibe a evolução do investimento no FIES.



Figura 2: Evolução anual FIES, ano 2014 (grifo nosso)

Fonte: Painel do Cidadão – SIGA Brasil (SENADO, 2017).

Se compararmos o número de contratos com o de alunos matriculados em instituições privadas (Figura 3), é possível inferir com segurança quem passou a manter o ensino superior privado.

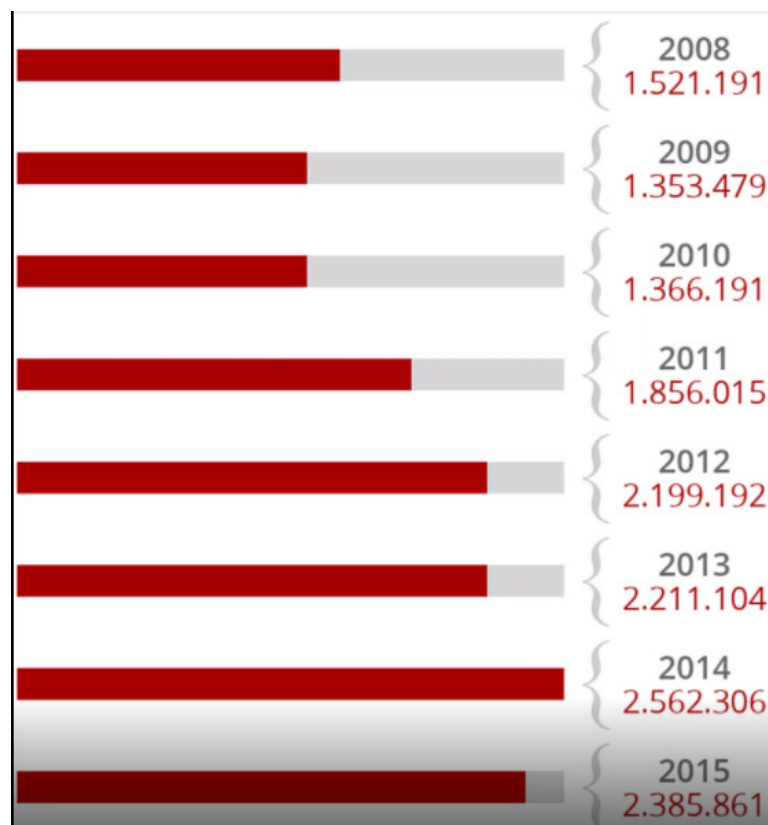


Figura 3: Evolução do total de alunos ingressantes em instituições particulares

Fonte: adaptado de G1 (2016).

Em 2014 havia 2.562.306 alunos matriculados, dos quais 1,9 milhões haviam contraído algum tipo de contrato com o governo para o financiamento de seu curso, o que representa 74,16% de todas as matrículas. Para Toledo, Saldaña e Burgarelli (2015), isso se explica pelo fato de as próprias universidades incentivarem o alunado a deixar de honrar seus pagamentos sob suas expensas e contrair empréstimos através do FIES que, por sua vez, pagaria seus estudos em adimplência e pontualidade. Segundo os autores, “enquanto as empresas têm dinheiro garantido, a dívida fica com o aluno e o risco, com o governo”.

É preciso destacar que o FIES, desde a reeleição de Dilma Rousseff, em 2014, implantou novas políticas de acesso, como alinhá-lo ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), cuja média mínima para acesso ao financiamento passa a ser de 450 pontos. Não é necessário destacar o desgosto que isso causou aos fornecedores do serviço. Segundo Toledo, Saldaña e Burgarelli (2015), “grupos educacionais tiveram grandes perdas em valor de mercado na Bolsa e se posicionaram contrários às mudanças”. A Figura 2 também demonstra que o FIES atingiu seu ápice em 2016, com R\$ 20,8 bilhões investidos e, até 20 de junho de 2017, praticamente um terço disso, o que aponta para importante retração do programa (SENADO, 2017).

### 3 I À GUIZA DE CONCLUSÃO - POSSÍVEIS CENÁRIOS

Quando Marx proferiu que um dia o capitalismo transformaria qualquer ser humano em consumidor e qualquer necessidade em mercadoria, sustentou que é possível inferir que a educação demorou um pouco mais que outros serviços, mas chegou lá, e de um modo surpreendentemente ágil em nosso país. A despeito de quem considera essa transformação um fenômeno brasileiro, vide nossos vizinhos latino-americanos, cuja privatização do ensino superior já é bem mais desenvolvida, e sua educação pública, agonizante.

Esta breve pesquisa se apoia em duas questões levantadas por Sguissardi (2016) para reflexão: a) como o governo tratará um possível colapso do mercado educacional, se este não for mais atraente para seus investidores de ocasião, em virtude do visível encolhimento de programas de financiamento como o FIES? b) Como compatibilizar conceitualmente um direito social fundamental, protegido pela CF de 1988, como a educação, com os interesses do “processo de acumulação de capital, especialmente se consideradas as companhias de capital aberto”, em processo igualmente competitivo com outras instituições privadas, mas sem fins lucrativos, a exemplo das universidades comunitárias e confessionais?

Pochmann (2013, p.711) afirma que “nos dias de hoje o ensino superior passa a ser base para o acesso ao mercado dinâmico, bem como a educação torna-se imprescindível ao longo da vida toda”. A questão que permanece em aberto aos estudiosos de financiamento e à população brasileira é: a que preço?

### REFERÊNCIAS

AMARAL, N.C. **A gestão das instituições de ensino superior**: O foco do financiamento. In: DOURADO, L.F.; CATANI, A.M.; OLIVEIRA, J.F. Políticas e gestão da educação superior: Transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã, 2003, p.219-239.

BIRD. **La enseñanza superior**: Las lecciones derivadas de la experiencia. Washington, Banco Mundial. 1.ed. 1995. Disponível em: <http://documentos.bancomundial.org/curated/es/274211468321262162/pdf/133500PAPER0Sp1rior0Box2150A1995001.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988.

BRASIL. **Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília: 2001.

CASEIRO, L.C.Z. **Desigualdade de acesso à educação superior no Brasil e o Plano Nacional de Educação**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/523064/DESIGUALDADE+DE+ACESSO+%C3%80+EDUCA%C3%87%C3%83O+SUPERIOR+NO+BRASIL+E+O+PLANO+NACIONAL+DE+EDUCA%C3%87%C3%83O/0977f6b9-281d-48df-aeb2-2e5942dc26d6?version=1.1>. Acesso em: 24 jun. 2017.

FÁVERO, M.L.A. A universidade no Brasil: Das origens à reforma universitária de 1968. **Revista Educar**, v.28, p.17-36, 2006.

FNDE. **Legislação do SisFIES**. Dispõe a respeito da trajetória histórica do FIES e sua Legislação Básica. Disponível em: [https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTreeview&cod\\_menu=1315&cod\\_modulo=85](https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTreeview&cod_menu=1315&cod_modulo=85). Acesso em: 24 jun. 2017.

G1. **Censo mostra queda de novos alunos no ensino superior**. São Paulo, 06/10/16. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/censo-mostra-queda-de-matriculas-na-rede-publica-de-ensino-superior.ghtml>. Acesso em: 23 jun. 2017.

OLIVEIRA, J.F.(Org.). **O campo universitário no Brasil**. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

POCHMANN, M. Desafios do desenvolvimento brasileiro. **Educação e Sociedade**, v.34, n.124, p.705-722, jul./set. 2013.

POULSEN, C.J.B.; BANDEIRA, D.L. Um estudo exploratório dos regimes acadêmicos adotados por instituições privadas de ensino superior no Brasil. **GUAL**, v.8, n.3, p.305-326, set. 2015.

SENADO. Sistema Siga Brasil – Painel Cidadão. **Financiamento Estudantil – FIES (Filtro Construído)**. Disponível em: <http://www9.senado.gov.br/QvAJAXZfc/opendo.c.htm?document=senado%2Fsigabrasilpainelcidadao.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true&Sheet=shOrcamentoVisaoGeral>. Acesso em: 16 jun. 2017.

SGUISSARDI, V. Regulação estatal e desafios da expansão mercantil da educação superior. **Educação e Sociedade**, v.34, n.124, p.943-960, jul./set. 2013.

SGUISSARDI, V. Educação Superior no Brasil – refém do mercado ou quando a face privado-mercantil se sobrepõe à face pública do Estado. In: CHAVES, V.; MAUÉS, O.; HAGE, S. **Expansão privado-mercantil da educação superior no Brasil**. Campinas: Mercado das Letras, 2016, p.17-57.

TOLEDO, J. R.; SALDAÑA, P.; BURGARELLI, R. Gasto com Fies cresce 13 vezes e chega a R\$ 13,4 bi, mas ritmo de matrículas cai. **Estadão**, 15/02/15. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,gasto-com-fies-cresce-13-vezes-e-chega-a-r-13-4-bi-mas-ritmo-de-matriculas-cai-imp-,1634714>. Acesso em: 23 jun. 2017.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Aula 8, 16, 18, 19, 20, 23, 24, 26, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 62, 63, 64, 65, 66, 75, 78, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 115, 129, 132, 134, 156, 158, 172, 176, 184, 187, 189, 192, 197, 201, 261, 276, 278, 280, 299

Aula invertida 62, 63, 64, 66

### C

Circuitos elétricos 25, 26, 27, 28

Código genético 62, 63, 64, 66

Concepções de matemática 42

CREDUC 89, 90, 91

Currículo escolar 138, 146, 244

Curso de pedagogia 1, 2, 15, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 150, 303

Curso técnico em administração 127, 129, 130, 131, 132, 135

### D

Diferença cultural 138, 140, 141, 142, 143, 146, 147, 148

Docentes 11, 16, 18, 22, 23, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 46, 50, 51, 52, 53, 56, 58, 60, 64, 82, 98, 99, 100, 101, 103, 106, 113, 114, 115, 116, 118, 124, 149, 152, 167

Domínio da frequência 25, 26

### E

Educação a distância 61, 105, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 136, 137, 151, 152, 160

Educação física 18, 105, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 194, 244

Educação matemática 42, 50

Educação profissional 68, 69, 72, 73, 75, 77, 78, 79

Educação superior 18, 73, 74, 87, 89, 91, 92, 95, 96, 98, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 124, 125, 126, 137, 151, 155, 156, 159, 160

Endividamento 89

Enfermagem 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106

Engenharias 80, 86, 87, 120

Ensino 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 25, 28, 30, 33, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 52, 54, 57, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 125, 133, 134, 135, 136, 137, 142, 143, 145, 146, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 186, 188, 189, 190, 193, 194, 195, 203, 212, 226, 231, 238, 241, 242, 252, 260, 261, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 289, 290, 291, 293, 294, 295, 296

Ensino médio 42, 43, 49, 62, 63, 69, 84, 85, 94, 149, 157, 163, 170, 173, 175, 193, 212, 275, 276, 278, 280, 294

Ensino superior 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 13, 14, 18, 23, 33, 39, 40, 72, 73, 74, 80, 81, 82, 85, 86, 87,



90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 114, 115, 116, 154, 157, 158, 159

Evasão 11, 52, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 127, 128, 129, 136, 137, 143

Experiência 19, 20, 21, 22, 66, 68, 69, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 97, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 109, 111, 120, 135, 136, 140, 148, 153, 158, 179, 202, 203, 210, 215, 218, 222, 223, 230, 233, 236, 243, 251, 253, 257, 279, 289

## **F**

FIES 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96

Filtros passivos 25, 26

Formação de professores 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 23, 24, 33, 34, 40, 138, 142, 143, 147, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 303

## **G**

Gestão 4, 57, 60, 61, 63, 66, 90, 95, 107, 108, 109, 110, 111, 146, 179, 183, 184, 204, 213, 219, 296, 301, 302, 303

## **I**

Instituto Federal de Sergipe 127, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 136

## **J**

John Dewey 68, 69, 72, 78

## **L**

Licenciatura 17, 18, 20, 22, 23, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 47, 105, 138, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 303

## **M**

Mão na massa 62, 63, 64

Mediação 1, 6, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 46, 135, 137, 156, 244, 247, 275, 277, 278, 289

Modalidade EAD 151, 156

Modelos didáticos 62

## **N**

Neoconservadorismo 1, 13

## **P**

Paulo Freire 1, 2, 4, 5, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 35, 176, 180, 183, 187, 226

Pesquisa 1, 15, 17, 18, 20, 21, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 60, 61, 69, 70, 78, 81, 90, 95, 98, 105, 109, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 136, 137, 138, 141, 142, 143, 148, 151, 152, 153, 156, 159, 164, 170, 174, 180, 186, 188, 200, 202, 203, 212, 213, 226, 229, 243, 246, 251, 270, 274, 275, 276, 278, 279, 280, 289, 290, 301, 303

Planejamento 19, 28, 32, 35, 56, 61, 63, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 132, 134, 137, 146, 182, 183, 184, 186, 301, 303  
Plano de desenvolvimento institucional 101, 107, 108, 109, 112  
Política de financiamento da educação superior 89  
Processos acadêmicos 107, 108, 109  
Produção acadêmica 113, 114, 115, 116, 117, 120, 122, 124, 125  
Projeto pedagógico do curso 29, 30, 31, 32, 34, 36, 37, 38, 57, 150

## **R**

Reflexões 1, 3, 6, 8, 9, 10, 20, 33, 44, 52, 77, 105, 127, 129, 132, 135, 136, 138, 141, 147, 148, 160, 176, 179, 182, 183, 212, 220, 229, 239, 248, 262, 296  
Residência pedagógica 15, 17, 18, 19, 24

## **S**

Síntese proteica 62, 64, 65  
Subjetividade 68, 78, 212, 222, 235, 238, 239, 242, 254, 259, 260, 282, 300

## **T**

Team based learning 25, 26, 28  
Tecnologia da informação 80

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-758-1

